

# **Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas**

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas  
em São Tomé e Príncipe**

## **ORGANIZADORES**

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

## Ficha Técnica

**Título:** Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas  
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

**Organizadores:** Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

**Colaboração:** Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

**Autores:** Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

**Revisão:** Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

**Financiamento e Apoios:** FCT, CPLP, Delta

**Organização do Seminário:** Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

**Outros Apoios no âmbito do Seminário:** FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

**Local:** Lisboa

**Ano:** 2009

**1-ª Edição** (Janeiro 2009)

**Tiragem:** 400 exemplares

**Capa e Maquetização:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

**Edição:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.  
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa  
e-mail: gerpress@sapo.pt

**Depósito Legal:** 287.969/09

**ISBN:** 978-989-96094-0-2

## **A Educação Ambiental - um contributo para a cidadania (Caso litoral/Norte de Portugal)**

Pedro Teiga (Doutorando da FEUP), Márcia Moreno (Gestora de Projectos de Educação Ambiental), F. Veloso-Gomes (Professor Catedrático da FEUP)

### **Introdução**

Desde as primeiras civilizações, o ser humano, por razões económicas, culturais e de lazer, esteve ligado aos recursos hídricos, vivendo uma relação que sustentava uma natureza mais poderosa do que os Homens. Com a evolução da civilização humana, esta posição mudou. O desenvolvimento das sociedades actuais tem conduzido a uma degradação generalizada do meio ambiente e a uma utilização irracional dos recursos naturais, nomeadamente dos recursos fluviais.

Actualmente, os rios e as ribeiras em Portugal apresentam vários problemas, nomeadamente ao nível de usos comuns e da afluência de oportunidades de exploração de recursos que ocorrem ao longo da sua bacia hidrográfica. Os principais problemas que caracterizam os rios e as ribeiras portuguesas são a ocupação das margens com infra-estruturas e agricultura, a deposição de resíduos sólidos urbanos (domésticos), entulhos e monstros, as descargas de efluentes domésticos e industriais, a artificialização das margens e do leito, o entubamento, a destruição da galeria ripícola, a falta de critérios protocolados de gestão e implementação de projectos e a falta de envolvimento dos decisores e da população. Muitos destes problemas resultam da falta de conhecimento e a inexistência de acções que visem a participação pública, quer ao nível da população em geral quer ao nível do poder decisor.

A Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2) define-a como “qualquer processo que envolva o público na resolução de problemas e na tomada de decisão e que utilize os contributos do público para melhorar as decisões”. As três dimensões fundamentais na análise deste envolvimento, e em função das quais se pode avaliar o grau de participação pública num determinado domínio de actividade são a informação, consulta e envolvimento activo. De facto, o envolvimento da comunidade em projectos essenciais para uma região possibilita que sejam recolhidos, voluntariamente, os principais problemas que preocupam as pessoas. Desta forma, será possível o poder decisor catalogar as melhores soluções, em prol da sustentabilidade local e respeito pelo cumprimento da cidadania.

Este trabalho versa-se sobre questões ambientais prementes, em particular, os comportamentos diários da população face à utilização da água, a visão sobre o estado dos

rios e ribeiras e a necessidade (ou não) de implementar medidas de reabilitação. Face a estas temáticas a população pode, efectivamente, ser participativa, dando o seu contributo. De que forma o poder decisor pode envolver a comunidade local? Promovendo acções de educação ambiental. A realização deste tipo de acções é um meio estratégico e eficaz que contribui para a criação de uma sociedade mais informada, mais sensibilizada, mais participativa e mais activa. A educação ambiental surge aqui como uma componente essencial no processo de formação permanente individual e colectiva, com uma abordagem vocacionada para a resolução de problemas, contribuindo para o envolvimento activo do público (ASPEA, 2003) e, no fim, para a criação de uma sociedade mais preocupada com as questões ambientais. Contudo, esta estratégia de comunicação não funciona com acções esporádicas, mas sim com a realização de actividades integradas e continuadas, que permitam a formação de novas mentalidades e, no fundo, de cidadãos ambientalmente mais sensibilizados.

Desde muito cedo o Homem começou a interagir com o mundo que o rodeava, ensinando os seus filhos a fazer o mesmo. Já desde aqui a educação e a educação ambiental eram práticas diárias. Este manifesto de valores e práticas eram também, desde essa altura, fundamentais para a preservação da harmonia e bem-estar de todos os cidadãos. Os conceitos de cidadania e civismo eram então entendidos como verdadeiros suportes da vida social, já que uma sociedade na qual os seus cidadãos sejam indiferentes às questões da vida em comum não existe como tal. A liberdade, a equidade e a responsabilização social e democrática assumiram várias formas de concretização ao longo da história das civilizações. O envolvimento da sociedade em questões ambientais apenas no século passado começou a dar os primeiros passos. A Cimeira da Terra (1992) publicou a Agenda 21 e a Carta da Terra, documentos essenciais que visam o desenvolvimento sustentável para todo o nosso planeta, nomeadamente a nível económico, social, ambiental e espiritual.

A Educação Ambiental tem sido entendida como a educação para a sustentabilidade. Em Dezembro de 2002, durante a 57ª Assembleia-geral das Nações Unidas, foi proclamada a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS) para o período 2005-2014. Os rios reflectem os problemas sociais e recursos naturais de uma bacia hidrográfica, por isso, podemos utilizar estes recursos como elementos de ligação entre o homem e o espaço natural. É fundamental, para a manutenção da qualidade de vida de uma população e de uma região rios com qualidade. A reabilitação de rios e ribeiras tem como principal objectivo a reposição sustentada e integrada da situação de boa qualidade ambiental que já existiu nesse local, de acordo com os valores

culturais vigentes, seguindo os princípios e técnicas de reabilitação, com recurso a medidas não estruturais e estruturais quando necessário (Teiga, 2003).

Desta forma, promove-se uma educação ambiental que concretize uma formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos que visam o desenvolvimento sustentável. Todos os intervenientes poderão assumir papéis activos na preservação e reabilitação das linhas de água e na implementação da Directiva Quadro da Água, contribuindo directamente para a qualidade de vida das populações e da sua região. A realização de acções concretas neste âmbito assenta igualmente nos princípios e metodologias da Agenda 21 Local (A21L). Com a máxima pensar globalmente, agir localmente, este documento consiste em envolver toda a comunidade, assumindo-a como papel catalisador e impulsionador de todo o processo.

## **1. Objectivos**

É objectivo geral deste estudo avaliar o contributo da educação ambiental, em meio escolar, no sentido da sustentabilidade local, da educação para a cidadania e nos processos de reabilitação de rios e ribeiras. Pretende-se igualmente apresentar os resultados de algumas actividades desenvolvidas com as comunidades escolares e locais e as principais medidas utilizadas para a sua concretização.

## **2. Metodologia**

Este estudo enquadra-se na procura de uma metodologia geral de aplicação da educação ambiental (EA) no sentido da cidadania local e, em particular, que promova a reabilitação de rios e ribeiras em zonas edificadas. O âmbito geográfico desta análise engloba estabelecimentos de educação e ensino dos municípios de Matosinhos, Ovar, Paredes, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. Realizou-se, neste âmbito, um questionário a um total de 311 alunos de seis escolas pertencentes a cinco municípios, no sentido de aferir o envolvimento, a sensibilidade e os comportamentos ambientais da população escolar, em particular ao nível dos recursos hídricos. Este questionário foi colocado em 2 grupos por escola, um integrado num programa de educação ambiental e o outro não.

O Programa, intitulado “A Água e os Nossos Rios”, promovido, desde 2004, pela Águas do Douro e Paiva (AdDP), abrange as temáticas da água e dos ecossistemas ribeirinhos e é destinado a todos os alunos do 1º e 2º ciclos dos 18 municípios que integram a empresa. No âmbito do concurso anual “Projecto Mil Escolas”, foram seleccionadas, no ano 2006/2007, 15 escolas, 10 do 1º ciclo e 5 do 2º, onde o programa escolar foi implementado.

Este programa incluiu a concepção de materiais didáticos e a realização de acções de formação e lúdico-pedagógicas para todos os intervenientes.

O questionário foi aplicado, de igual forma às turmas, no mês de Junho de 2006. Realizaram-se um total de 311 inquéritos, dos quais 177 a alunos que participaram no programa escolar e 134 a alunos que não participaram. Os resultados obtidos em cada questão foram analisados e interpretados com base no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) (Pereira, 2004). Neste programa é necessário codificar cada uma das respostas possíveis a cada questão. Foi atribuída a classificação de variáveis nominais, ordinais e escalares (Pereira, 2004).

### **3. Resultados e discussão**

Apresentam-se os resultados relativos aos questionários passados às turmas com o objectivo de diagnóstico e que decorreram da verificação do conhecimento escolar relativamente aos recursos hídricos e ambiente e cujos resultados se apresentam de seguida.

### **4. Análise dos resultados do questionário escolar**

Foram analisados os questionários de 311 alunos: 18 do 1º ciclo e 293 do 2º ciclo de escolaridade. A idade média dos alunos é de 11 anos. Nove anos é o número de anos médio que vivem na localidade. Os questionários são constituídos por duas partes principais. A primeira relativa a comportamentos e atitudes tidos em casa e fora de casa, e a segunda relativa a conhecimentos e opiniões dos recursos hídricos da sua localidade e em Portugal.

Os resultados das principais variáveis estudadas são apresentados, de acordo com os resultados e questões elaboradas neste questionário. Verificou-se que as respostas entre rapazes e raparigas é semelhante assim como não se observaram diferenças entre os grupos etários e por ano de escolaridade. Para facilidade de apresentação dos resultados indicam-se, em percentagem, os principais resultados das questões elaboradas neste estudo: os resultados são apresentados em grupo na forma participou/não participou (no programa de educação ambiental) em percentagem.

Em casa:

- Fez separação dos lixos para o ecoponto: 71/66% sim, 25/31% não e 5/3% não sabe;
- Falou com a família de problemas do ambiente: 68/54% sim, 25/37% não e 7/10% não sabe;
- Bebe água do garrafão: 72/54% sim, 22/42% não e 6/4% não sabe;

- Bebe água da torneira: 29/43% sim, 66/53% não e 5/4% não sabe.
- Não se observou diferença significativa para as questões:
- Desligou a torneira da água ao lavar os dentes;
- Lavou as mãos após ir à casa de banho;
- Lavou as mãos antes de comer;
- Bebeu água tratada;
- Tem um autoclismo com descarga reduzida;
- Rega o jardim (caso tenhas) com água da rede;
- A água dos esgotos vai para estação de tratamento;
- Faz objectos com materiais reutilizados;
- As torneiras têm anilha com redutor de caudal ou arejador.

Fora de casa:

- Participou em ações de defesa do ambiente: 82/60% sim, 11/32% não e 7/8% não sabe;
- Visitou com a escola um rio ou uma ribeira: 84/22% sim, 8/64% não e 7/14% não sabe;
- Visitou ou passei com a família ou amigos num rio ou uma ribeira: 78/74% sim, 11/22% não e 11/4% não sabe;
- Não deita lixo no chão: 80/75% sim, 15/22% não e 6/2% não sabe;
- Quando vê alguém deitar lixo chama à atenção: 54/41% sim, 38/51% não e 9/8% não sabe;
- Já falou com alguém para melhorar os rios: 48/28% sim, 38/61% não e 14/10% não sabe;
- Participou com ideias em actividades de defesa do ambiente: 73/47% sim, 20/41% não e 7/12% não sabe;
- Já ajudou a desenvolver actividades de defesa do ambiente: 76/46% sim, 15/38% não e 10/17% não sabe;
- Informou-se acerca do tratamento dos esgotos: 58/20% sim, 29/57% não e 12/22% não sabe;
- Informou-se de como se limpa um rio: 63/30% sim, 27/56% não e 11/14% não sabe.

Não se observou diferença significativa para as questões:

- Costuma participar em actividades ao ar livre;
- É uma pessoa informada acerca do estado dos rios e ribeiras da sua localidade.

Como classifica o rio da sua localidade?

- Com lixo e resíduos urbanos nas margens: 37/50% sim, 37/31% não e 26/19% não sabe;
- Onde se pode tomar banho: 19/18% sim, 60/73% não e 21/9% não sabe;
- Onde as pessoas atiram lixo ao rio: 40/51% sim, 43/29% não e 17/20% não sabe;
- Um lugar poluído a evitar: 45/46% sim, 34/34% não e 20/20% não sabe;
- Com descargas de esgotos e água de má qualidade: 34/48% sim, 39/24% não e 26/28% não sabe;
- Onde vivem anfíbios: 42/16% sim, 20/27% não e 38/57% não sabe;
- Com muros de cimento ou betão nas margens: 28/23% sim, 43/40% não e 30/37% não sabe;
- Onde se faz a captação de água para agricultura ou para a indústria: 28/18% sim, 30/29% não e 42/53% não sabe.

Não apresentam diferença significativa para as questões:

- Onde as cheias atingem as casas nas margens;
- Com margens naturais;
- Onde se encontram peixes mortos;
- Com árvores e arbustos nas margens.

Os rios e as ribeiras em geral são:

- Um lugar agradável: 82/71% sim, 11/13% não e 7/16% não sabe;
- Onde a água parece ser de má qualidade: 25/26% sim, 58/55% não e 18/19% não sabe;
- Lugares que precisam de ser melhorados e reabilitados: 75/74% sim, 12/9% não e 13/17% não sabe.

Da análise global das respostas ao questionário conclui-se que há diferença em questões entre os grupos que participaram e os grupos que não participaram no programa de educação ambiental.

De seguida referimos as questões que apresentam maior diferença:

De uma forma geral, os grupos que participaram no programa escolar adquiriram mais conhecimentos, estão mais informados e são mais participativos:

- 84% dos grupos visitou com a escola um rio ou uma ribeira;
- 82% participou em acções de defesa do ambiente;
- 73% participou com ideias e em actividades;
- 76% já ajudou a desenvolver actividades;
- 63% sabe como se limpa o rio;
- 58% informou-se acerca do tratamento dos esgotos.



Apesar de se encontrarem mais sensibilizados e informados, a maioria dos alunos referiu que bebe água do garrafão (72%), em detrimento da água da torneira (29%). Esta situação pode dever-se ao facto dos pais ainda não terem alterado alguns dos seus comportamentos diários, embora a maioria das famílias já terem falado de problemas do ambiente (68%). A falta de ligação à rede pública de abastecimento, a má qualidade do próprio sistema de distribuição de água e o facto de recorrerem à captação própria de água (ex.: poço) poderão ser outras possíveis razões.

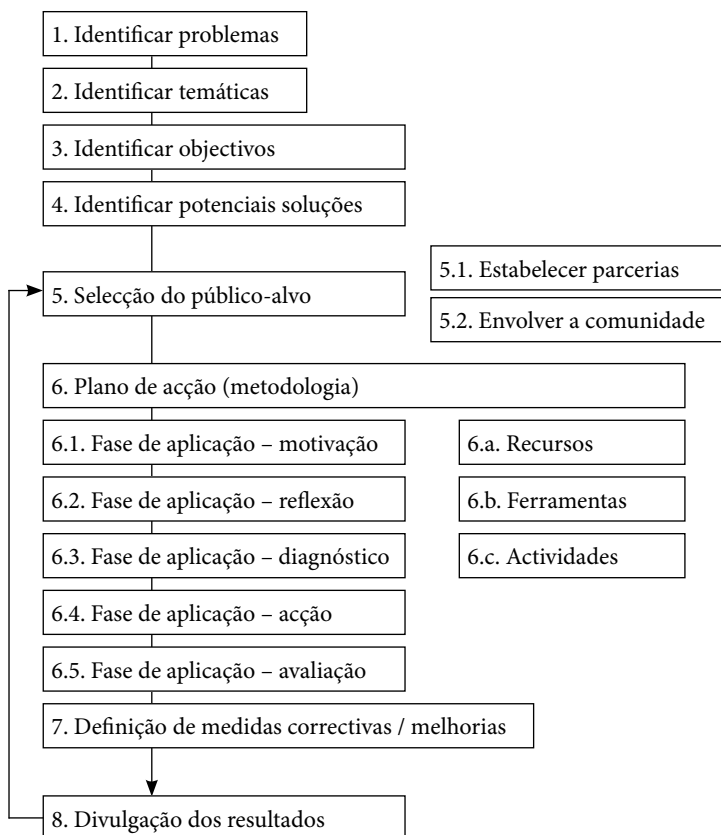
A grande maioria dos alunos deste estudo já visitou com a escola o rio ou ribeira da sua localidade (84%) e já participou em acções de defesa do ambiente (82%). Por tal, no geral, referem que se tratam de lugares agradáveis (82%), mas, no entanto, passíveis de serem melhorados e reabilitados (75%).

Por outro lado, de salientar que percentagens significativas de inquiridos (os mesmos que referiram que os rios ou ribeiras são lugares agradáveis) referiram que não se pode tomar banho (60%), que têm lixo e resíduos urbanos nas margens (37%), e são, portanto, lugares poluídos a evitar (45%).

## **5. Como aplicar uma estratégia de Educação Ambiental?**

A implementação da Educação Ambiental (EA) é um desafio. A resposta a este desafio passa necessariamente pela elaboração de uma estratégia com uma abordagem integrada, uma política concertada que englobe um conjunto de acções voltadas para a comunidade, com vista ao desenvolvimento regional. Delinear uma estratégia pode ser tarefa complexa, pois pô-la em prática dependerá da colaboração de todos os intervenientes.

De seguida apresentamos uma proposta de um fluxograma que exprime os principais passos a seguir num processo de implementação de uma estratégia de EA. A definição de qualquer estratégia de EA pressupõe que sejam definidos os objectivos, os principais temas, as suas problemáticas e as soluções que se pretendem atingir. Esta intervenção, por sua vez, implica ainda que seja definido o público-alvo onde se quer actuar. No sentido de se obterem resultados mais eficazes na implementação de uma estratégia de EA é fundamental envolver os parceiros e a comunidade local que apoiem a sua aplicabilidade e concretização. O estabelecimento de parcerias com as autarquias ou empresas locais é benéfico para uma região. A sinergia de diferentes parceiros com diferentes interesses é fundamental para a concretização de projectos que visem o desenvolvimento local. Paralelamente, a aposta na participação pública promove a responsabilização da população na tomada de decisão e contribui para o dever da cidadania.



Após a escolha do público-alvo, um projecto de EA requer a definição de uma metodologia de trabalho - um plano de acção que integre as várias fases de implementação, os recursos necessários (humanos ou materiais), as ferramentas e a descrição detalhada de cada acção que se vai implementar. O plano de acção não deverá estar assente numa metodologia estanque, mas sim num processo de implementação dinâmico. Apoiado nas metodologias da Agenda 21 Local, o plano de acção deverá dividir-se em cinco fases, nomeadamente: motivação, sensibilizar e estimular todos os membros da comunidade; reflexão, analisar os aspectos positivos, e o modo como podem ser reforçados, e os aspectos negativos, que deverão sofrer alterações; diagnóstico, definir propostas de actividades/acções a desenvolver; acção, implementar o plano de acção definido no tempo e no espaço; avaliação, avaliar a implementação do plano de acção, assim como definir instrumentos de monitorização das acções e resultados obtidos.

Os resultados das acções de EA devem ser, sempre que possível, divulgados. Só desta forma, os intervenientes darão mais credibilidade à acção desenvolvida, tomarão conhecimento da importância da sua participação, dos resultados obtidos e, numa próxima acção, assumirão, com maior facilidade, um papel activo. A divulgação dos resultados tem também o objectivo de sensibilizar e responsabilizar toda a comunidade neste processo de EA. Outros factores a ter em consideração na definição/implementação de uma estratégia de EA são o cronograma, os local(ais) de realização das actividades, a logística e os custos associados.

## 6. Sugestões de actividades de Educação Ambiental

### Motivação

- fazer levantamento dos problemas ambientais da localidade;
- definir possíveis soluções;
- elaborar questionários à população-alvo;
- motivar para a resolução desses problemas ambientais;
- envolver parceiros.

### Reflexão

- recolher e tratar os questionários;
- reunir os problemas e soluções resultantes desta avaliação;
- definir com os parceiros sobre como, onde e quando intervir.

### Diagnóstico

- elaborar proposta de acções no sentido de envolver todos os intervenientes (público-alvo, os parceiros e a população em geral):
- realizar palestras, exposições, actividades lúdico-pedagógicas
- conceber materiais informativos (folhetos, cartazes,...)
- preparar acções para apresentação pública: teatros, canções, poemas,...
- realizar acções de sensibilização porta-a-porta
- escrever cartas aos presidentes da Câmara e Juntas de Freguesia
- realizar acções no terreno (ex: acções de limpeza ao rio ou ribeira; recolha de resíduos; plantar árvores;...).

### Acção

- implementação das acções propostas na fase de diagnóstico;
- registo dos comportamentos do público-alvo.

### Avaliação

- recolha e tratamento dos resultados obtidos ao longo da implementação do projecto:

- antes da acção;
- durante a acção;
- pós-acção.

Implementar acções de melhoria

- reunir as melhorias necessárias a implementar em acções futuras.

Divulgação dos resultados

- divulgar os resultados a todos os intervenientes.

As actividades descritas poderão prolongar-se por várias fases ou repetirem-se em fases distintas.

## 7. Conclusões

Este estudo enquadra-se no levantamento dos principais comportamentos ambientais tidos, dentro e fora de casa, por alunos que participaram, ou não, num programa integrado de educação ambiental, e na procura de uma metodologia geral de reabilitação de rios e ribeiras. A educação ambiental não é um fim mas um processo que tem de ser acompanhado e desenvolvido activamente ano após ano, e nunca apenas em acções pontuais. O projecto escolar implementado mostrou-se ser uma ferramenta útil e prática, que permitiu a formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado. Os Programas de Educação Ambiental são uma possível resposta para a aplicação prática da educação ambiental e uma forma eficaz para a implementação de acções concretas no seio de uma comunidade. Neste estudo optou-se por envolver a comunidade escolar, por se estarem mais disponíveis para a recepção de informação e encontram-se igualmente numa faixa etária onde a mudança de comportamentos é mais provável. Aliado a este factor está a facilidade com que influenciam o público adulto, nomeadamente os pais e familiares mais próximos.

Após a realização do questionário e através da análise dos resultados do mesmo pode concluir-se que é fundamental investir na formação contínua e interdisciplinar com envolvimento activo dos docentes e na implementação de programas de educação ambiental integrados. As lacunas de conhecimentos e a falta de incentivos para a mudança de comportamentos são ainda notórias em alguns dos resultados observados, apesar de, no geral, podermos concluir que os alunos, por terem participado num programa escolar, estão mais informados e participativos. O sucesso das acções de EA depende do factor repetição. De facto, os conceitos e conteúdos deverão ser repetidos no tempo e no espaço, uma vez que, desta forma se conseguem gerar as rotinas e as acções inerentes a novas atitudes e comportamentos ambientais.

Este estudo mostrou-se extremamente útil, contribuindo para a mudança de atitudes e comportamentos, ao exercício da cidadania e à participação pública associada à educação ambiental, cooperando na concretização dos princípios da Agenda Local 21, Carta da Terra e Directiva Quadro da Água e da qualidade de vida das populações.

## Bibliografia

- ALVES, F.M.B., (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia: 1-350
- ARIAS, J.A.G. (2002). Desarrollo de un modelo de crecimiento para la gestión sostenible del as masas de abedul en Galicia. Master Internacional en Gestión del Desarrollo Rural, Universidad de Santiago de Compostela.
- ASPEA (2003). Associação Portuguesa de Educação Ambiental, [www.aspea.org](http://www.aspea.org).
- BOULTON, A.J. (1999). An-overview of river health assessment: philosophies, practices, problems and prognosis. *Freshwater Biology*, 41: 469-479.
- PEREIRA, A. (2004). SPSS Guia prático de utilização, Análise de dados para Ciência Sociais e Psicologia. Lisboa. Edições Silabo.
- EPA (2007). U. S. Environmental Protection Agency ([www.epa.gov](http://www.epa.gov)).
- TÁNAGO, M.G. & Jalón, D.G. (1998). Restauración de ríos y Riberas. Fundación Conde DEL Valle De Zalazar, Ediciones Mundi-Prensa, Madrid: 1-319
- TEIGA, P. M. (2003). Reabilitação de ribeira em zonas edificadas. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente. Faculdade de Engenharia do Porto.
- TEIGA, P. M., Veloso-Gomes, F. (2007). A participação pública na reabilitação de rios e ribeiras chacim (Macedo de Cavaleiros). II Congreso sobre restauración de rios y humedales, Tarragona (Espanha).
- WAAL, L.C., Large, A.R.G., & Wade, P.M. (1998). Rehabilitation of Rivers: Principles and Implementation, John Wiley & Sons Ltd. Chichester.
- PROJECTO RIOS (2006). Projecto Rios, manual de monitorização – inspecção de rios. Lisboa.
- FEUP (2007) - <http://paginas.fe.up.pt/porto-ol/is/introducao.html>